



Sed lex? Nem tanto

As diferenças no uso de serviços 2.0 nas campanhas de São Paulo e Rio de Janeiro provam que não há como restringir o uso da internet como canal de comunicação dos políticos e seus eleitores

Dura Lex, Sed Lex. Realmente, a lei é dura, mas nem sempre é seguida de maneira linear. A prova está numa breve olhada sobre as campanhas nas duas maiores cidades do País. Em São Paulo, as determinações do TSE proibindo qualquer tipo de ação na internet que extrapole os limites das páginas oficiais dos candidatos está sendo cumprida sem questionamentos. **Marta Suplicy**, do PT, lançou um site sem grandes apelos de interatividade. O atual prefeito e candidato à reeleição **Gilberto Kassab** (DEM) tenta inovar sem sair dos limites da legislação, o que já levou **Geraldo Alckmin** (PSDB) a suspender a veiculação de vídeos do Youtube em sua página por determinação do TRE paulista. Tudo é muito diferente no Rio de Janeiro. Na eleição carioca marcas como Youtube, Orkut, Twitter, MySpace e Flickr fazem parte da estratégia dos postulantes à cadeira do ex-blogueiro e atual prefeito **Cesar Maia**.

Os candidatos **Eduardo Paes** (PSDB), **Solange Amaral** (DEM) e **Fernando Gabeira** (PV) colocaram a sua campanha sem rodeios dentro da internet. Os três candidatos estão fazendo o que muitos colegas de outros estados gostariam de tentar, mas se sentem impedidos diante da Resolução 22.718 do TSE. Gabeira, Paes e Solange têm fotos no Flickr, vídeos no Youtube e comunidades no Orkut. O candidato verde é mais arrojado. Ele já anuncia que receberá doações direto pela rede. Gabeira também divulga suas andanças pelo serviço de microblog **Twitter**, o software que permite atualizações por meio de telefones celulares. Solange Amaral fez na sua página um **mashup**, termo comum no mundo da web 2.0 que representa a união de dois serviços com o objetivo de gerar informação para os usuários. No caso da candidata democrata, ela resolveu localizar dentro do **Google Maps** onde moram os eleitores que deixaram em seu

site. Eduardo Paes, que tem o apoio do governador Sergio Cabral (PMDB), também montou sua galeria de fotos no **Flickr**, a rede social de imagens do Yahoo!.

O paradoxo das campanhas municipais em São Paulo e no Rio de Janeiro é um claro exemplo que a internet não pode ser regulada como tentou o TSE. O envolvimento dos eleitores com os candidatos serve para comprovar que o risco de enfrentar o TSE está valendo a pena. Não há como impedir que os políticos dialoguem com os seus simpatizantes, e que estes utilizem as comunidades ou serviços on-line para passar as mensagens certas. Outro fato importante em relação à rede é que ela não é uma concessão pública, como rádio ou televisão e diante deste fato não pode ser submetida as mesmas regras. As pessoas pagam para ter banda larga em casa, mandar emails e frequentar a rede. É assim que funciona o mundo 2.0